



Presidência da República
Gabinete de Segurança Institucional
Agência Brasileira de Inteligência

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada de engenharia para execução de serviços de **conservação e reparo da cantina e do vestiário, localizados no bloco 3 do DOINT**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

Item	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quantidade
1	Contratação de empresa especializada de engenharia para execução de serviços de conservação e reparo da cantina e do vestiário, localizados no bloco 3 do DOINT.	Unidade	1

1.2. Sugere-se que o regime de execução seja a **empreitada por preço global**.

1.2.1. A justificativa pela escolha do regime de preço global se sustenta pelas condições de estimar os quantitativos do objeto com certa precisão, não obstante ser serviço de conservação e reparo, conforme preconiza o **Acórdão 1.977/2013 – TCU – Plenário**.

1.3. O prazo de vigência do contrato será de **1 (um) ano**, prorrogável nas hipóteses do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666/1993, observado o disposto na cláusula contratual correspondente.

1.3.1. O prazo previsto engloba:

- a) o período de até **15 (quinze) dias**, contados da assinatura do Contrato, para a CONTRATADA providenciar toda a documentação necessária para a emissão da Ordem de Início dos Serviços;
- b) o período de análise, pela Fiscalização, da documentação apresentada, de até **5 (cinco) dias**, contados do seu completo recebimento;
- c) o **prazo de execução** dos serviços, de **90 (noventa) dias**, contados da expedição da Ordem de Início dos Serviços;
- d) o prazo de **Recebimento Provisório do Objeto**, de até **15 (quinze) dias**, contados da notificação de conclusão realizada pela CONTRATADA à Fiscalização;
- e) o prazo de **Recebimento Definitivo do Objeto**, de até **90 (noventa) dias**, contados da assinatura do Termo Recebimento Provisório do Objeto; e
- f) o prazo para pagamento, de até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento dos serviços pela atestação da nota fiscal.

1.4. O **valor máximo estimado** da contratação é de **R\$ 164.970,65 (cento e sessenta e quatro mil novecentos e setenta reais e sessenta e cinco centavos)**, conforme detalhamento em item específico deste Termo de Referência e em seus anexos.

1.5. Consultando o **Catálogo de materiais/serviços (CATSER/CATMAT)**, os serviços de maior relevância no contrato são os de código **462815** (Revestimento de piso em porcelanato 60x60cm), **18180** (instalação, remoção, manutenção - forro) e **1627** (manutenção, reforma predial).

1.5.1. Como o objeto pretendido é composto por diversos serviços, não é viável a definição de apenas um código, sendo, por esse motivo, apresentados somente os três acima.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Conforme tópicos específicos do **Estudo Preliminar (SEI 0195550)**, anexo desse Termo de Referência, a **justificativa** e o **objetivo** da contratação são:

2.2. Justificativa (descrição na necessidade da contratação):

2.2.1. Diante do desgaste natural, que ocorre ao longo do tempo, os ambientes necessitam de renovação, com substituição dos elementos desgastados por novos, promovendo um ambiente mais salubre e confortável para uso dos seus servidores.

2.2.2. Além disso, com o recente ingresso de novos servidores, alterou-se a demanda de uso das áreas, surgindo uma necessidade de readequação do layout e preparação da área para receber uma empresa que prepare e forneça alimentação aos funcionários do órgão, no caso da cantina, e para atender às necessidades higiênicas, no caso do vestiário.

2.2.3. Por isso, a contratação de uma empresa especializada de engenharia para a conservação e reparo dos ambientes faz-se necessária para que as atividades do órgão sejam plenamente desenvolvidas, em ambientes adequados e bem estruturados.

2.2.4. A demanda corrobora também para que as condições físicas da edificação se apresentem nos padrões de segurança, de sustentabilidade e de acessibilidade exigidos pelas normas vigentes.

2.3. Objetivo (resultados e benefícios diretos e indiretos pretendidos):

2.3.1. Com a contratação em foco, pretende-se disponibilizar aos servidores, notadamente os lotados no DOINT, ambientes confortáveis, salubres e modernos, adequados ao preparo e ao consumo de refeições (no caso da cantina) e ao asseio e limpeza corporal do ser humano e satisfação das suas necessidades fisiológicas (no caso dos vestiários).

2.3.1.1. Benefícios diretos: otimização, modernização e revitalização das instalações da edificação;

2.3.1.2. Benefícios indiretos: ambiente propício ao desenvolvimento das atividades realizadas nesta edificação e bem-estar dos servidores;

2.3.1.3. Impactos ambientais positivos: racionalização dos recursos atualmente empregados;

2.3.1.4. Melhoria da qualidade de produtos ou serviços oferecidos à sociedade: otimização do tempo de atendimento às demandas da sociedade.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição completa da solução - com os **serviços** previstos e suas respectivas **metodologias** de execução; os **materiais** a serem empregados e suas respectivas **especificações**; e os respectivos **critérios de medição** - encontra-se nos anexos deste Termo de Referência, notadamente no **Caderno de Encargos e Especificações Técnicas (SEI 0197788)**.

3.2. De forma sintética, serão necessários:

- a) Serviços de demolição e de remoção;
- b) Execução de alvenarias;
- c) Execução de novas instalações elétricas e hidrossanitárias;
- d) Execução de revestimentos argamassados para a instalação de novos revestimentos decorativos (pintura e cerâmica);
- e) Instalação de forro;
- f) Instalação de pedras (bancadas, divisórias, soleiras e rodapés);
- g) Instalação de espelhos;
- h) Instalação de louças, metais e acessórios sanitários; e
- i) Instalação de esquadrias (portas e janelas).

3.3. Todos os procedimentos deverão ser executados seguindo as prescrições das normas técnicas, dos

fabricantes, da legislação e de qualquer outro documento que com o objeto de contrato guardarem relação.

3.3.1. Quaisquer divergências entre os anexos deste Termo de Referência e os documentos citados devem ser arguidas em momento oportuno, ainda durante a realização do certame, no momento de elaboração da proposta.

3.3.2. O não questionamento destas divergências não justificarão o aceite de qualquer parte do objeto que se apresente em desobediência aos referidos documentos.

3.4. Os materiais e/ou serviços não previstos nos anexos deste Termo de Referência constituem casos especiais, devendo haver consulta à Fiscalização antes de qualquer providência ser tomada pela CONTRATADA.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de **serviço comum de engenharia, sem dedicação exclusiva de mão de obra**, a ser contratado mediante licitação, na modalidade **pregão**, em sua forma **eletrônica**.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do **Decreto nº 9.507/2018**, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no **art. 3º** do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. O serviço aqui descrito enquadra-se como **não continuado**, nos termos do **art. 16, da IN SEGES MP 005/2017**, já que ele impõe ao contratado o dever de realizar a prestação do serviço em um período predeterminado.

4.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. DOS CRITÉRIOS TÉCNICOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. A **proposta** vencedora deverá conter como **anexos** os documentos abaixo, com a devida **indicação de seu autor e sua respectiva assinatura**:

5.1.1. **Planilha Sintética de Orçamento**, contendo todos os custos unitários, os quantitativos e os custos totais de cada serviço, bem como o custo e o preço total da proposta para a execução do objeto da contratação.

5.1.1.1. Entende-se como preço total o custo total acrescido da parcela relativa ao BDI.

5.1.1.2. A planilha deverá possuir assinatura de responsabilidade técnica, com indicação do nome completo e número de registro no CREA/CAU do autor.

5.1.2. **Planilha Analítica de Orçamento**, contendo a composição detalhada de todos os custos unitários utilizados na planilha orçamentária contida na proposta, demonstrando a origem e a formação dos custos dos serviços, bem como a indicação dos coeficientes de produtividade.

5.1.2.1. A planilha deverá ter assinatura de responsabilidade técnica, com indicação do nome completo e número de registro no CREA/CAU do autor.

5.1.3. **Planilha de Composição do BDI**, discriminando os percentuais unitários e o percentual total a ser utilizado pela licitante.

5.1.3.1. As despesas referentes ao Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), em atendimento ao preconizado pelo Tribunal de Contas da União - TCU, não devem ser consideradas no cômputo das despesas indiretas.

5.1.3.2. A planilha deverá ter assinatura de responsabilidade técnica, com indicação do nome completo e número de registro no CREA/CAU do autor.

5.1.4. **Planilha de Composição dos Encargos Sociais**, discriminando os percentuais unitários e o percentual total a ser utilizado pela licitante.

5.1.4.1. O percentual relativo às leis sociais a serem aplicados nos custos de mão de obra deverá coincidir com os definidos pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI da Caixa Econômica Federal.

5.1.4.2. O regime de tributação adotado pela empresa (desonerado ou não desonerado) deverá ser mantido durante toda a execução do contrato.

5.1.4.3. A planilha deverá ter assinatura de responsabilidade técnica, com indicação do

nome completo e número de registro no CREA/CAU do autor.

5.1.5. **Cronograma Físico-Financeiro**, elaborado pela Licitante, com periodicidade mensal e subdividido em tantas fases/etapas quanto forem necessárias para bem caracterizar o andamento da obra.

5.1.5.1. Os pagamentos de administração local deverão ser proporcionais à execução financeira da obra, abstendo-se de utilizar critério de pagamento para esse item como um valor mensal fixo, evitando-se, assim, desembolsos indevidos de administração local em virtude de atrasos ou de prorrogações injustificadas do prazo de execução contratual, com fundamento no **art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal** e nos **arts. 55, inciso III, e 92 da Lei nº 8.666/1993**.

5.1.5.2. Para cada mês, deverá haver a indicação do percentual de cada fase/etapa concluída, assim como do desembolso financeiro referente a cada fase/etapa e o desembolso financeiro acumulado.

5.1.6. **Curva ABC de Serviços**, com ordenação dos serviços em ordem decrescente de custo total, classificados nas faixas A (percentual acumulado de custo total de 80%), B (percentual acumulado de custo total entre 80 e 95%) e C (percentual acumulado de custo total entre 95% e 100%).

5.1.7. **Declaração de Vistoria/Não Vistoria**, conforme modelo anexo deste Termo de Referência, indicando que a Licitante tem pleno conhecimento das instalações e das dificuldades que os serviços possam apresentar no futuro e que foram a ela apresentadas as áreas, as instalações e os detalhes necessários para a elaboração da sua proposta comercial, inclusive as informações e os esclarecimentos por ela solicitados; **ou** que optou por não vistoriar o local de execução dos serviços, mas que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, caso em que assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a CONTRATANTE.

5.1.8. **Declaração expressa** de concordância com a adequação do projeto que integrar o edital de licitação e as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, **10% (dez por cento)** do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no **§ 1º do art. 65 da lei nº 8.666/1993**, conforme **Decreto 7.983/13**.

5.1.9. **Declaração expressa** de que a sua proposta comercial inclui todos as despesas ordinárias, sejam eles diretos ou indiretos, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto descrito neste Termo de Referência e seus anexos.

5.1.9.1. A Licitante deverá dimensionar sua proposta de forma que englobe todas as despesas necessárias à total e completa execução do Contrato, conforme plano de execução pretendido, considerando eventuais despesas de:

- a) salários e treinamentos dos funcionários;
- b) ônus tributários, fiscais, parafiscais, trabalhistas, previdenciárias e sociais;
- c) transportes, cargas, descargas, montagens, desmontagens, instalações, movimentações, içamentos, perdas e estocagens, dentro e fora do local dos serviços;
- d) testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos;
- e) ferramentas, equipamentos (inclusive os de proteção individual e coletiva) e utensílios; e
- f) garantias, seguros, licenças, impostos, taxas e outras cobranças de órgãos públicos, associações, conselhos e entidades afins.

5.1.9.2. Erros unitários de quantidade de até **10% (dez por cento)** não serão objeto de qualquer revisão contratual, conforme orientações do **Acórdão 1.977/2013 – TCU – Plenário**. Além disso, somente serviços de materialidade relevante na curva ABC, assim considerados os que compõem o seu ramo A, serão considerados substanciais, conforme orientações contidas no **Acórdão 1.977/2013 – TCU – Plenário**.

5.1.9.3. A Licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do **§ 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993**.

5.1.9.4. A proposta ofertada deverá seguir as quantidades e especificações da Planilha Orçamentária, anexa deste Termo de Referência, cabendo à Licitante, em caso de identificação de erros, quantitativos ou qualitativos, proceder-se à impugnação tempestiva do instrumento convocatório, conforme **Acórdão 1.977/2013 – TCU – Plenário e art. 41, § 2º, da Lei nº 8.666/1993**.

5.1.9.5. Sendo o regime de execução do futuro contrato a **empreitada por preço global (EPG)**, a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a **10% (dez por cento) do valor total do futuro contrato**, nos termos do **art. 13, II, do Decreto nº 7.893/2013**.

5.1.9.6. Não será admitida a arguição de omissões, enganos e erros posteriores com a pretensão de alterar o valor global proposto, salvo tecnicamente justificado, restando comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

5.1.9.7. Nesse sentido, qualquer divergência encontrada, seja entre anexos deste Termo de Referência e entre estes e os normativos técnicos e a legislação que com o objeto guardem relação, deverá também ser arguida em momento oportuno, ainda durante o procedimento licitatório. É responsabilidade da Licitante conferir as informações dispostas neste documento e em seus anexos, no ato de elaboração da Proposta de Preços.

5.1.9.8. Após a adjudicação do objeto da licitação, não será levada em conta qualquer reclamação ou solicitação de alteração dos preços constantes da proposta da licitante vencedora, sem prejuízo ao disposto no **art. 55, inc. III da Lei nº 8.666/1993**.

5.2. **A formatação das planilhas da Licitante deverá coincidir ao máximo com as formatações adotadas nas planilhas apresentadas nos anexos. Além disso, na data marcada para a abertura das propostas, a proposta de preço deverá ser apresentada, também, em arquivo de planilha digital.**

5.2.1. As exigências desse item contribuem para as diligências, de responsabilidade da Administração, para verificação dos critérios de aceitabilidade da proposta.

6. **DOS CRITÉRIOS TÉCNICOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

6.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

6.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

6.3. Os critérios de **qualificação técnica** a serem atendidos pelo fornecedor serão:

6.3.1. **Certidão de Registro de Pessoa Jurídica**, em plena validade, na entidade profissional competente expedida pelo Conselho de Engenharia e Agronomia - CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, da região a que estiver vinculada a Licitante, que comprove atividade relacionada com o objeto do presente Termo de Referência.

6.3.1.1. **Justificativa:** O inciso I do **art. 30 da Lei nº 8.666/93** autoriza o Órgão a exigir para fins de qualificação técnica dos interessados “registro ou inscrição na entidade profissional competente”. A atividade econômica de engenharia e arquitetura está regulamentada pela **Lei nº 5.194/1966**, neste caso o exercício não é totalmente livre, devendo-se moldar às normas previstas na legislação de regência. O registro pode ser exigido nos casos em que a profissão ou atividade exercida pela licitante se encontrar regulamentada através de lei em sentido estrito. A exigência do Edital decorre da literalidade do **art. 1º da Lei 6.839/1980**. Por outro lado, o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), na **Resolução nº 336/1989**, em seu **art. 4º**, determina que a pessoa jurídica

enquadrada em qualquer uma das classes do **art. 1º** só terá condições legais para o início da sua atividade técnico-profissional, após ter o seu registro efetivado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

6.3.2. Certidão de Registro de Pessoa Física, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU da região a que estiver vinculada a Licitante, do profissional indicado como responsável técnico pelos serviços.

6.3.2.1. Justificativa: O inciso I do **art.30 da Lei nº 8.666/93** autoriza o Órgão a exigir para fins de qualificação técnica dos interessados “registro ou inscrição na entidade profissional competente”. A atividade econômica de engenharia e arquitetura está regulamentada pela **Lei nº 5.194/1966**, neste caso o exercício não é totalmente livre, devendo-se moldar às normas previstas na legislação de regência. O registro pode ser exigido nos casos em que a profissão ou atividade exercida pela licitante se encontrar regulamentada através de lei em sentido estrito.

6.3.3. Atestado ou declaração de capacidade técnico-operacional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, quais sejam:

- a) Fornecimento e instalação de piso em porcelanato cerâmico, com área mínima de 50,0m²;
- b) Fornecimento e instalação de forro tipo drywall, com área mínima de 50,0m²;
- c) Fornecimento e instalação de divisórias em granito, com área mínima de 9,0m²; e
- d) Fornecimento e instalação de revestimento cerâmico de parede, com área mínima de 70,0m².

6.3.3.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de cada serviço, o somatório de áreas de atestados distintos.

6.3.3.2. O(s) atestado(s) deve(m) comprovar que a empresa Licitante executou serviços que atendam às características técnicas, de porte e de tecnologia e que façam explícita referência às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, que permitam estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais e técnicas, dimensionais e qualitativas com os serviços contratados.

6.3.3.3. Justificativa: Caberá a Administração Pública com base na **Lei nº 8.666/93** exigir atestados referentes à capacitação técnica da Licitante, com vistas à comprovação de aptidão pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (**Art. 30, II e seu § 1º, I**). A exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica não tem como objetivo limitar o caráter competitivo que deverá nortear o procedimento licitatório, mas apenas aferir a experiência anterior da licitante quanto ao objeto da licitação, necessária para a garantia da qualidade do serviço, não restringindo desta forma a competitividade do certame, de modo a dar cumprimento ao **art.37, inciso XXI, da CF**, e ao **art. 3º,§1º da lei 8.666/93**. Tais itens correspondem à aproximadamente 22,68% do custo total estimado da contratação, sendo os de maior relevância técnica para a qualidade final do objeto em licitação. Além disso, as quantidades mínimas discriminadas não ultrapassam 50% das quantidades previstas na planilha orçamentária.

6.3.4. Atestado de qualificação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão do serviço, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

- a) Execução de piso em porcelanato cerâmico;
- b) Execução de forro tipo drywall;
- c) Execução de divisória em granito; e
- d) Execução de revestimento cerâmico de parede.

6.3.4.1. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital:

- a) O sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social;
- b) O administrador ou o diretor que comprove seu vínculo por intermédio do estatuto social e ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- c) O empregado permanente devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social ou qualquer documento comprobatório de vínculo empregatício previsto na legislação de regência da matéria; e
- d) O prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame, desde que acompanhado de declaração de anuência do profissional.

6.3.4.2. Deverá constar nos anexos da proposta, de forma expressa, o(s) **nome(s), CPF(s) e número(s) do registro na respectiva entidade profissional** do(s) profissional(is) escolhido (s) pela Licitante para desempenhar o papel de responsável(is) técnico(s) do futuro contrato.

6.3.4.3. O(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) deverá(ão) participar de forma efetiva em todas as etapas do Contrato, admitindo-se a substituição, nos termos do **art. 30, §10, da Lei nº 8.666/1993**, por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que a alteração seja solicitada e aprovada pela Administração, nos mesmos termos desta qualificação técnico-profissional.

6.3.4.4. **Justificativa:** Caberá a Administração Pública com base na **Lei 8.666/93** exigir atestados referentes à capacitação técnica dos profissionais envolvidos na execução dos serviços, com vistas à comprovação de aptidão pertinente e compatível em características com o objeto da licitação (**Art. 30, II e seu § 1º, I**). Nesse intuito, as declarações aqui solicitadas têm por finalidade atestar que o(s) profissional(is) cujos atestados foram apresentados como requisito de qualificação técnico-profissional realmente acompanhará(ão) e será(ão) o(s) responsável(is) pela execução dos serviços que se pretende contratar. Dito de outra forma, pretende-se, assim, evitar que os licitantes apresentem atestado de um profissional e outro profissional sem o acervo técnico daquele seja o responsável pelos serviços, o que traria sérios riscos à qualidade do serviço e descumpriria o §10º, art. 30, da Lei 8.666/1993.

6.4. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnico-operacional e técnico-profissional solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), Assinaturas de Responsabilidade Técnica (ARTs) dos profissionais arrolados no atestado e que, no momento em que este foi emitido, faziam parte do corpo técnico da empresa, endereço atual da Contratante e local em que foram executados os serviços de engenharia.

6.5. Esta Administração se reserva o direito de, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar se os signatários das propostas detêm a representação das empresas licitantes ou mandato para em seu nome constituir obrigações.

6.6. O **critério de julgamento da proposta** é o de **menor preço global**.

6.7. Os **critérios de aceitabilidade de preços** serão:

6.7.1. **Valor Global:** será considerado como valor máximo da contratação o valor estimado na **Planilha Orçamentária Completa (SEI 0197806) - R\$ 164.970,65 (cento e sessenta e quatro mil novecentos e setenta reais e sessenta e cinco centavos)**, anexa a este Termo de Referência.

6.7.2. **Valores unitários:** deverão ser respeitados, como limites máximos das propostas dos interessados, os custos unitários previstos no orçamento de referência, conforme previsto no **art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/1993** e no **art. 11 do Decreto nº 7.983/2013**.

6.7.2.1. Tendo em vista que será adotado o regime de execução de **empreitada por preço global**, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus

custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no **Cronograma Físico-Financeiro (SEI 0197806)** não superar os valores de referência discriminados nos projetos respectivos.

6.8. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

7. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

7.1. O valor estimado da contratação é de **R\$ 164.970,65 (cento e sessenta e quatro mil novecentos e setenta reais e sessenta e cinco centavos)**, conforme detalhado na **Planilha Orçamentária Completa (SEI 0197806)**, anexa deste Termo de Referência.

7.2. As parcelas de maior relevância na presente contratação são o fornecimento e a instalação de:

- a) Piso cerâmico em porcelanato de dimensões 60,0 x 60,0cm (7,70% do valor total);
- b) Forro em drywall em placas tipo STD e RU (5,66% do valor total);
- c) Revestimento cerâmico esmaltado de dimensões 20,0 x 20,0cm (5,23% do valor total);
- d) Impermeabilização em argamassa polimérica reforçada com véu de poliéster (4,96% do valor total); e
- e) Divisória em granito cinza-andorinha de espessura de 3,0cm (4,08% do valor total).

7.3. Nos termos da **Lei nº 12.546/2011, em seu art. 7º, inciso III**, poderão contribuir sobre o valor da receita bruta as empresas do setor de construção civil. A opção da desoneração por obra ou para toda a empresa se dá quando a empresa é contratada por empreitada total, que é aquela na qual a empresa assume a responsabilidade direta pela execução de todos os serviços necessários à realização da obra, que é o caso presente.

7.3.1. Atualmente, a alíquota da **Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB)** para as empresas da construção civil é de **4,50% (quatro e meio por cento)**, e tal alíquota entra na composição do BDI, na parte relativa aos impostos.

7.3.2. Conforme detalhado na planilha orçamentária, foram adotados valores referenciais iguais aos do **SINAPI de junho/2020, desonerado**, em conformidade com o **art. 3º do Decreto 7.983/2013**, uma vez que tal composição proporciona os menores custos para a administração pública. Contudo, cabe às licitantes a aplicação da correta tributação a qual estiverem vinculadas.

7.3.3. Quando não foi possível a obtenção direta do serviço a ser executado, obedecendo as especificações técnicas do projeto elaborado, foi utilizada composição própria, associando o banco de dados do SINAPI com outras fontes (e.g., SBC, ORSE e pesquisa de preço), conforme detalhado na **Planilha Orçamentária Completa (SEI 0197806)**.

7.4. O percentual de BDI adotado segue as recomendações do **art. 9º do Decreto 7.983/2013**, através da adoção dos referenciais propostos pelo Tribunal de Contas da União – TCU – por meio do **Acórdão nº 2622/2013 – TCU – Plenário**, conforme memória de cálculo da Planilha de Composição do BDI.

7.5. Os **quantitativos** e as **especificações** descritos na **Planilha Orçamentária Completa (SEI 0197806)** e no **Caderno de Encargos e Especificações Técnicas (SEI 0197788)** foram tomados a partir das **tabelas e detalhes** contidos nos **Projetos Básicos de Arquitetura, de Instalações Elétricas Prediais e de Instalações Hidrossanitárias**, elaborados pela **equipe de arquitetura e de projetistas** da Abin.

7.5.1. Sempre que possível, as quantidades foram calculadas através de medidas realizadas em campo. Dessa forma, eventuais diferenças nos quantitativos dispostos nas pranchas e na planilha orçamentária decorrem das diferenças encontradas entre as cotas do projeto e as reais medidas de campo. Com isso, prevalecem as quantidades previstas na planilha orçamentária.

8. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

8.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, em horário comercial, devendo realizar prévio agendamento por meio do telefone (061) 3445 - 8565, informando, na ocasião, o nome e o número de CPF do(s) integrante(s) da equipe que realizará(ão) a vistoria.

8.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública, executando todos os levantamentos necessários

ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrer em omissões.

8.2.1. Para a vistoria, o licitante (ou o seu representante legal) deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

8.2.2. É requisito para a realização da vistoria a presença de, ao menos, 1 (um) profissional registrado no CREA ou no CAU.

8.2.2.1. O referido profissional não necessariamente precisa estar arrolado no quadro técnico da licitante, nem mesmo ser o futuro responsável técnico do contrato. Ou seja, basta que o profissional possua os conhecimentos técnicos necessários para realizar a vistoria e obter as informações necessárias e suficientes para a elaboração adequada da proposta da licitante.

8.2.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CDROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

8.3. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

8.4. Realizada a visita/vistoria, a COENG emitirá o **atestado de vistoria**, conforme modelo (SEI 0095032) definido anexo deste Termo de Referência, atestando por escrito que a licitante vistoriou os locais onde serão executados os serviços e que tomou conhecimento de todas as informações, peculiaridades e condições para cumprimento das obrigações assumidas relacionadas ao objeto desta licitação.

8.5. Caso a interessada opte por não realizar a visita/vistoria, deverá apresentar **declaração de não vistoria**, conforme modelo (SEI 0095032) anexo deste Termo de Referência, na qual dispense a necessidade de visita/vistoria, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente os serviços contratados, conforme determinações deste Termo de Referência e seus anexos.

8.5.1. A proponente que decidir não realizar a vistoria e, eventualmente, subestimar sua proposta, estará incorrendo em risco típico do seu negócio, enquadrando a necessidade de eventuais alterações como alea ordinária, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar.

8.5.2. Os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão.

8.6. A apresentação do(a) **atestado de vistoria/declaração de não vistoria assinado por responsável técnico da Licitante**, conforme modelo disponibilizado neste Termo de Referência, serão **obrigatórios na fase de habilitação** do certame.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. Todos os serviços contratados serão de total e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, representada pelo responsável técnico por ela alocado no Contrato, devendo ser desenvolvidos de forma que o produto final atenda rigorosamente às exigências deste Termo de Referência e todos os seus instrumentos anexos, das normas técnicas nacionais e internacionais, das normas de concessionárias, das normas do corpo de bombeiros (CBMDF), das recomendações de fabricantes e fornecedores, e de toda a legislação federal e distrital, inclusive as de caráter ambiental.

9.2. Os serviços devem ter os padrões de acabamento especificados, utilizando materiais de primeira qualidade e equipes treinadas e com experiência nas atividades englobadas pelo Contrato, resultando em um produto final de primeira qualidade.

9.3. Durante a execução do Contrato, a CONTRATADA deverá considerar todos os códigos, leis, decretos, portarias, instruções, resoluções ou qualquer outra peça que compõe as legislações federal, estadual, distrital ou municipal, inclusive documentos do sistema CREA/CONFEA, do CBMDF e das concessionárias de serviços públicos.

9.4. Durante a execução do Contrato, a CONTRATADA deverá considerar, em adição ao estipulado neste Termo de Referência e em seus anexos, as normas publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que com o objeto guardarem relação, sejam elas de execução, de desempenho, de especificação, de

métodos de ensaio, de terminologia, de padronização ou de simbologia. Em caso de omissão, poderão ser utilizadas diretrizes de normas internacionais ou normas/recomendações dos fabricantes dos produtos utilizados.

9.5. A execução dos serviços será iniciada logo após a emissão da **Ordem Início dos Serviços (SEI 0095034)**, conforme modelo anexo deste Termo de Referência, estando o Contrato assinado e quando as condições climáticas assim permitirem, se for o caso, cujas etapas observarão ainda o **Cronograma Físico-Financeiro (SEI 0197806)**, também anexo a este Termo de Referência.

9.5.1. A CONTRATADA não poderá iniciar os serviços antes da data expressa na Ordem de Início dos Serviços.

9.5.2. A Ordem de Início dos Serviços somente será emitida após a entrega e conferência das devidas **Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs)**, referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nº 6.496/77 e 12.378/2010).

9.5.3. Os referidos documentos deverão ser apresentados em até **15 (quinze) dias corridos**, contados da assinatura do Contrato, estando condicionada ainda à conferência e à aprovação das informações neles discriminadas.

9.5.4. Em caso de falha ou erro em qualquer documento, a Ordem de Início dos Serviços não será emitida pela Fiscalização até sua regularização.

9.6. Os projetos, pranchas, especificações técnicas, desenhos e orçamento foram desenvolvidos pela equipe de projetistas e arquitetos da Coordenação de Engenharias e Obras e deverão ser seguidos impreterivelmente em todos os detalhes, sendo que, caso seja necessária qualquer alteração, deverá haver consulta prévia e autorização expressa para que se aceite qualquer modificação.

9.6.1. Todos os elementos de projeto deverão ser minuciosamente estudados pela CONTRATADA, **antes e durante a execução** dos serviços, devendo informar, em momento oportuno, qualquer incoerência, falha ou omissão constatada.

9.6.2. Durante a execução dos serviços, se houver casos omissos, dúvidas, divergências, necessidade de modificações ou de readequações em algum detalhe executivo, a CONTRATADA deverá, antes de tomar qualquer decisão, consultar a Fiscalização, expondo seu parecer técnico sobre o assunto e aguardando sua deliberação e aprovação.

9.6.3. A CONTRATADA submeterá previamente à aprovação da Fiscalização toda e qualquer alternativa de aplicação de materiais, serviços e equipamentos a ser considerada na execução dos serviços objeto do Contrato, devendo comprovar rigorosamente a sua equivalência, de conformidade com os requisitos e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

9.6.4. Toda e qualquer modificação, inclusive acréscimos, introduzida no objeto de contratação somente serão reconhecidas e aceitas com prévia e expressa autorização da fiscalização, registrando-se o fato no Relatório Diário de Obras.

9.6.5. Uma vez aprovados os métodos e/ou materiais a serem utilizados e suas condições de execução, os demais lotes/partidas ainda ficarão sujeitas à aceitação da Fiscalização.

9.6.6. Depois de verificadas pela Fiscalização, as amostras serão conservadas no canteiro de serviço até o final dos trabalhos, de forma a facultar a qualquer tempo a verificação de sua perfeita correspondência com os materiais fornecidos ou já empregados.

9.6.7. Os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correrão por conta da CONTRATADA e sem ônus adicional para a CONTRATANTE, nos termos do **art. 75 da Lei nº 8.666/1993**.

9.6.7.1. Se julgar necessário, a CONTRATANTE poderá solicitar ainda a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos.

9.6.8. Qualquer modificação necessária a execução dos serviços deverá ser documentada pela CONTRATADA, registrando todas as revisões e complementações ocorridas, inclusive alterações em desenhos e especificações de materiais e de técnicas executivas, fornecendo, ao final do Contrato, o **projeto As Built** e seu respectivo **Databook**.

9.6.8.1. O recebimento do objeto e o pagamento da última fatura estarão condicionados à apresentação e aprovação do projeto *As Built* e seu respectivo Databook.

9.6.8.2. Entende-se por Databook o compilado de documentos tais quais, e sem se limitar a, manuais, orientações de uso e manutenção, garantias dos serviços, laudos de ensaios e todos as demais peças relevantes para o objeto contratado.

9.7. Os serviços deverão ser desenvolvidos durante o **expediente regular** da CONTRATANTE: das **08:00h às 12:00h** e das **13:00h às 17:00h, de segunda a sexta-feira**.

9.7.1. Em casos excepcionais e justificados, poderá a CONTRATADA solicitar, por escrito e acompanhado de justificativa técnica, com antecedência mínima de **72 (setenta e duas) horas**, a execução de serviços fora do horário normal de expediente.

9.7.2. A autorização estará condicionada à expressa autorização do órgão, de acordo com critérios de oportunidade e conveniência.

9.8. Os serviços serão desenvolvidos na **cantina** e no **vestiário**, localizados no **bloco 3 do DOINT**, localizado na Asa Sul, SPO, Área 05, **Quadra 02** do complexo sede da Abin em Brasília/DF.

9.9. Após a assinatura do Contrato, a expedição da Ordem de Início dos Serviços somente será realizada após **Reunião Inicial**, para esclarecer pontos relevantes, tais como:

- a) o objeto do contrato;
- b) a forma de comunicação entre as partes, que deverá ocorrer primordialmente entre o Fiscal do Contrato e o preposto da CONTRATADA;
- c) as providências previstas para a inserção da CONTRATADA no órgão (ocupação de espaço físico, alocação de equipamentos do órgão, instalação de links de comunicação, alocação de crachás e concessão de perfis de acesso ao órgão);
- d) o modelo de execução do objeto;
- e) o modelo de gestão do contrato;
- f) o cronograma de execução física dos serviços;
- g) as formas de recebimento provisório e definitivo;
- h) os procedimentos de faturamento e pagamento;
- i) as sanções e glosas aplicáveis; e
- j) demais assuntos relevantes para a execução contratual.

9.10. De acordo com a necessidade, poderão ser agendadas ainda **Reuniões Intermediárias**, ao longo da execução contratual, para atualização de informações e esclarecimentos relevantes, conforme a necessidade do objeto pactuado.

10. **MODELOS DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

10.1. O procedimento de verificação dos serviços será realizado periodicamente, *in loco*, pelos fiscais do contrato com base neste Termo de Referência e seus documentos anexos.

10.2. O Contrato será gerido por um fiscal titular e um fiscal substituto, devendo toda e qualquer comunicação ser realizada direta e exclusivamente com eles, por escrito, inclusive via e-mail, devendo-se registrar ocorrências relevantes no Relatório Diário de Obra (RDO), inclusive eventuais comunicações verbais.

10.2.1. Não serão reconhecidas ocorrências sem o registro formal, conforme procedimento acima.

10.3. A fiscalização rejeitará, do todo ou em parte, serviço em desacordo com as especificações que constam neste Termo de Referência e seus instrumentos anexos, nos termos do **art. 76 da Lei nº 8.666/1993**.

10.3.1. Os serviços que não atenderem aos requisitos técnicos de execução e de qualidade serão considerados insatisfatórios e deverão ser corrigidos, sem ônus adicional à CONTRATANTE.

10.3.2. Ao verificar erros de execução ou serviços insatisfatórios, os fiscais notificarão a CONTRATADA para que os erros sejam corrigidos de modo a não comprometer a execução e a qualidade do serviço.

10.4. Os serviços serão pagos **mensalmente**, com base nas faturas/medições emitidas pela CONTRATADA e atestadas pela CONTRATANTE, levando em consideração os eventuais ajustes nos valores a serem pagos, de acordo com a vistoria *in loco*, e o máximo desembolso previsto no cronograma físico-financeiro.

10.4.1. O **Cronograma Físico-Financeiro (SEI 0197806)** da CONTRATANTE, anexo deste Termo de Referência, tem a função de apresentar a ordem de execução das etapas e o máximo de desembolso previsto.

10.5. Os **critérios de medição** de cada serviço são os definidos no **Caderno de Encargos e Especificações Técnicas (SEI 0197788)**, anexo a este Termo de Referência.

10.6. O **prazo de execução** dos serviços será de **90 (noventa) dias**, contados da emissão da **Ordem de Início dos Serviços**, podendo ser prorrogado nas hipóteses previstas no **art. 57, § 1º, da Lei 8.666/1993**.

10.7. Deverá ser alocado **1 (um) engenheiro civil pleno**, com ART registrada, por, no mínimo, **1 (uma) hora diária**, com competência técnica adequada ao objeto de contrato, sendo o responsável pela interlocução entre CONTRATANTE e CONTRATADA, vedada a utilização de profissionais sem qualificação comprovada, como estagiários, aprendizes ou afins.

10.7.1. O engenheiro civil responsável deverá ser o mesmo que consta nos documentos apresentados junto à proposta da Licitante, sendo aceita a sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, formalizada junto à CONTRATANTE.

10.7.2. Caso o profissional não detenha competência para o acompanhamento dos serviços, deverá ser substituído sem ônus para a CONTRATANTE.

10.7.3. O responsável técnico deverá acionar a fiscalização sempre que houver dúvidas durante a execução dos serviços, de forma a dirimi-las antes da execução, sob o risco de refazer os serviços em desconformidade, sem ônus para a CONTRATANTE.

10.7.4. O responsável técnico deverá acionar a fiscalização de forma a atestar a conclusão dos serviços para fins de medição, de teste ou de recebimento do objeto.

10.8. Deverá também ser alocado **1 (um) encarregado geral/mestre de obras**, em **tempo integral**, com competência técnica adequada ao objeto de contrato, sendo o responsável pela gerenciamento e coordenação dos serviços em campo, orientando a mão de obra durante a execução do contrato.

10.9. Os profissionais citados nos itens anteriores deverão seguir o regime de tempo especificado durante toda a duração do contrato, sendo responsáveis pelo preenchimento do **Relatório Diário de Obra**, bem como pelo controle do uso de EPI's e EPC's.

10.10. Caso seja admitida a subcontratação, a Fiscalização poderá solicitar quaisquer documentos para verificar a regularidade e a habilitação das empresas subcontratadas.

10.11. A CONTRATADA deverá encaminhar **relação nominal completa** de funcionários e veículos que adentrarão no complexo da CONTRATANTE para a execução do Contrato.

10.11.1. A relação deverá conter o **nome**, o **CPF** e a **função** de todo e qualquer funcionário da CONTRATADA cuja entrada seja **essencial** ao desenvolvimento dos serviços.

10.11.2. A relação deverá conter as **placas**, os **modelos** e os **condutores** dos veículos da CONTRATADA e dos seus funcionários cuja entrada seja necessária.

10.11.3. Qualquer alteração nas referidas relações deverá ser pronta e imediatamente informada à CONTRATANTE, em tempo hábil para a tomada de providências, com antecedência mínima de **2 (dois) dias úteis**, sob pena de não ser autorizada a entrada dos funcionários e veículos a serviço da CONTRATADA.

10.11.4. Caso solicitado pela Administração, a CONTRATANTE deverá apresentar também atestados de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão.

10.11.5. A entrada de fornecedores diversos, a serviço da CONTRATADA, também deverá ser alvo de agendamento prévio, com antecedência mínima de **2 (dois) dias úteis**, informando-se o **nome** e o **CPF** do motorista (e seus ajudantes, conforme o caso); a **data** e o **horário** da entrega; e o **nome do fornecedor**.

10.11.6. Não será admitida a entrada de qualquer pessoa, carro ou fornecedor que não siga as exigências acima descritas, salvo em casos excepcionais, justificados pela CONTRATADA e aceitos pela

CONTRATANTE.

10.11.7. As exigências acima arroladas têm como objetivo atender à política de segurança orgânica exigidas pelo Segurança Orgânica desta agência.

11. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

11.1. A CONTRATADA deverá fornecer **todos os insumos, sejam eles mão de obra, materiais, equipamentos (inclusive os de segurança, individual e coletiva), peças, acessórios ou utensílios**, necessários à integral prestação dos serviços englobados pelo Contrato, devendo incluir em sua proposta todos os custos que julgar serem necessários, não sendo estes objeto de medição específica.

11.1.1. A não descrição de qualquer insumo necessários à completa execução do objeto não pode ser invocada pela CONTRATADA como motivo para eventual acréscimo de preços, salvo tecnicamente justificado, restando comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

11.1.2. Mesmo a CONTRATANTE dispondo de qualquer insumo necessário à execução do Contrato, este poderá não ser cedido à CONTRATADA, mesmo a título de empréstimo, salvo em casos excepcionais, justificados e expressamente autorizados pela fiscalização, de acordo com a conveniência e oportunidade da CONTRATANTE.

11.1.3. A CONTRATADA é responsável pelo seu próprio planejamento e logística de compras, de fornecimento e de contratação de quaisquer dos insumos necessários à execução do objeto, de forma que os serviços não sejam interrompidos por atrasos dos seus respectivos fornecedores, não podendo este atraso ser invocado pela CONTRATADA como motivo para eventual aditamento do prazo de execução.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas do Edital, do Termo de Referência, da Proposta Vencedora e do Contrato.

12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, mediante servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

12.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro de desembolso, com periodicidade mensal.

12.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o **Anexo XI, Item 6 da IN SEGES MP nº 005/2017**.

12.6. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

- a) exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- b) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas CONTRATADAS;
- c) promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; ou
- d) considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

12.7. Fornecer, por escrito, as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

12.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

12.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

12.10. Arquivar, dentre outros documentos, projetos (inclusive *As Built*), especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos, aditamentos, relatórios de inspeção técnica e notificações expedidas.

12.11. Exigir da CONTRATADA que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o **Recebimento Definitivo** de objeto, quando for o caso:

- a) "*As Built*", elaborado pelo responsável por sua execução;
- b) Comprovação das ligações definitivas de água, esgoto, gás, telefone e/ou energia elétrica;
- c) Laudo de vistoria do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, aprovando os serviços;
- d) Carta de "Habite-se", emitida pela prefeitura;
- e) Certidão Negativa de Débitos Previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- f) Reparação dos vícios verificados, tendo em vista o direito assegurado à CONTRATANTE no **art. 69 da Lei nº 8.666/1993** e no **art. 12 da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor)**.

12.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo **art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666/1993**.

13. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

13.1. Executar os serviços conforme parâmetros, rotinas e especificações deste Termo de Referência, seus anexos e de sua proposta, com a alocação da mão de obra necessária ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, fornecendo e utilizando todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em qualidade, quantidade e tecnologia mínimas compatíveis com a boa técnica, as normas técnicas e a legislação.

13.2. Iniciar os serviços contratados a partir do recebimento da Ordem de Início dos Serviços.

13.3. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los de modo eficiente, conforme os documentos e as especificações que integram este Termo de Referência, dentro no prazo determinado no Contrato.

13.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo a CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir as respectivas comprovações.

13.5. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida na **Lei nº 13.146/2015**.

13.6. Observar:

- a) as **normas técnicas**, a **legislação** (federal, estadual, distrital e municipal) e as **normas de concessionárias** que com o objeto se relacionarem, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos e adotando todas as providências e as precauções necessárias, inclusive realizando consultas e obtendo licenças, autorizações e demais documentos exigíveis, na forma da legislação aplicável, junto aos respectivos órgãos competentes.
- b) as **normas de segurança corporativa** da CONTRATANTE.

13.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE, devendo observar inclusive o regime de tributação ao qual está submetida e adequar sua proposta a ele.

13.8. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme as categorias profissionais utilizadas na execução do Contrato.

13.9. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros,

decorrentes de sua culpa ou dolo, ação ou omissão, inclusive de seus profissionais, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pelo CONTRATANTE.

13.10. Responsabilizar-se por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

13.11. Arcar com o pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais/distrital, em consequência de fato imputável à CONTRATADA e relacionado com este Contrato.

13.12. Arcar com todos os prejuízos advindos de perdas e danos, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios resultantes de ações judiciais a que o CONTRATANTE for compelido a responder, em decorrência desta contratação.

13.13. Prestar, prontamente, toda a assistência técnico-administrativa necessária para a regular fiscalização do Contrato, mantendo preposto aceito pela CONTRATANTE e com competência para responder e tomar decisões pela CONTRATADA, permitindo também o livre acesso da Fiscalização aos locais de serviço.

13.14. Acatar as determinações feitas pela Fiscalização da CONTRATANTE no que tange ao cumprimento do Contrato.

13.15. Providenciar a imediata correção de deficiências apontadas pela Fiscalização.

13.16. Recompôr todos os elementos que forem danificados durante a execução dos serviços (vias públicas, calçadas, paredes, pinturas, forros, instalações e etc.) usando materiais e acabamentos idênticos e/ou equivalentes aos existentes, podendo a CONTRATANTE descontar o valor correspondente dos pagamentos devidos à CONTRATADA ou da garantia referentes a todo e qualquer dano causado, inclusive a terceiros, pela execução inadequada dos serviços.

13.17. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, além de reparar eventuais danos às instalações da CONTRATANTE em decorrência da execução dos trabalhos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de **5 (cinco) anos**, contados da emissão do **Termo de Recebimento Definitivo do Objeto**, conforme **art. 618 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil)**.

13.17.1. Serão substituídos, sem ônus para o CONTRATANTE e por conta da CONTRATADA, quaisquer peças que, dentro desse prazo, apresentem defeitos de fabricação ou de montagem.

13.18. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os **arts. 12, 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990)**, refazendo-os às suas expensas, sem ônus adicional à CONTRATANTE.

13.18.1. Conforme dispõe o **art. 441 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil)**, a coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada ou lhe diminuam o valor.

13.18.2. A Fiscalização, o acompanhamento e o recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui nem reduz a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

13.19. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica, que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros ou que divergirem das especificações técnicas.

13.20. Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato e por escrito, qualquer irregularidade verificada durante a execução do contrato, para a adoção das medidas necessárias à sua regularização. A não observância deste dispositivo, em tempo hábil para a tomada de providências, transferirá para a CONTRATADA as responsabilidades pelo funcionamento ou pela instabilidade dos elementos defeituosos.

13.21. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

13.22. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos,

garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

13.23. Manter os profissionais, quando nas instalações da CONTRATANTE, com apresentação condizente ao ambiente onde o serviço será executado e devidamente equipados, com todos os EPI's necessários, fardados e identificados com uso permanente de ambos os crachás: da CONTRATANTE e da CONTRATADA.

13.24. Fornecer aos seus funcionários todos as ferramentas, utensílios e equipamentos (inclusive os de proteção, individual e coletiva) necessários e compatíveis com os serviços englobados no escopo do projeto, monitorando e controlando seu correto uso.

13.25. Armazenar os materiais removidos/demolidos em local indicado pela CONTRATANTE, aguardando avaliação e autorização de descarte.

13.25.1. Todo material cujo descarte tenha sido autorizado deverá ter a correta destinação, conforme a legislação ambiental, sob total responsabilidade da CONTRATADA.

13.25.2. Os materiais cujo descarte não sejam autorizados continuarão pertencendo à CONTRATANTE, para reutilizá-lo conforme sua conveniência.

13.26. Executar os serviços nos horários predeterminados pela CONTRATANTE, conforme horário normal de expediente do órgão: das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira.

13.27. Conferir, em campo, todas as medidas e condições dos locais de aplicação/instalação dos materiais antes de executar qualquer serviço, tomando as precauções e cuidados necessários para garantir a estabilidade das estruturas, elevações, equipamentos, canalizações, redes, pavimentação, propriedades de terceiros, segurança dos operários e transeuntes que possam ser atingidos e sofrer avarias durante a execução de quaisquer das etapas da obra.

13.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

13.29. Providenciar a limpeza permanente da obra, deixando os locais dos serviços diariamente arrumados e limpos, nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.30. Providenciar a remoção contínua de entulho e detritos acumulados no local dos serviços, utilizando-se de transporte para local apropriado e autorizado pelo Poder Público.

13.31. Responsabilizar-se pela qualidade e quantidade dos materiais empregados e aparelhos fornecidos, em conformidade com as especificações técnicas deste Termo de Referência e seus anexos.

13.32. Assumir as despesas referentes a transporte, carga, descarga, movimentação, içamento, perdas e estocagem, dentro e fora do local dos serviços, assim como o processo de sua utilização.

13.33. Elaborar o **Relatório Diário de Obras**, conforme modelo anexo a este Termo de Referência, registrando e disponibilizando à Fiscalização, **diariamente**, todas as informações relativas à execução do Contrato, tais como:

- a) o efetivo de funcionários e de equipamentos;
- b) as condições de trabalho;
- c) as condições meteorológicas;
- d) os serviços executados;
- e) os comunicados à Fiscalização;
- f) os impedimentos e ocorrências relevantes; e
- g) a situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

13.33.1. O registro das informações deve ser realizado pelo responsável técnico da CONTRATADA que deverá assinar as folhas preenchidas, com periodicidade **diária**, sob pena de aplicação de sanções.

13.34. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos.

13.35. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.);

13.36. Entregar à Fiscalização, ao final da execução do Contrato, **projeto As Built** no qual constem todas as alterações que se mostraram necessárias no decorrer da execução, elaborado pelo responsável técnico dos serviços, sendo este documento indispensável para o **Recebimento do Objeto**. O documento também deverá registrar as especificações de todos os materiais efetivamente utilizados na execução do objeto, inclusive os manuais e os resultados de testes e ensaios efetuados, quando for o caso.

13.37. Entregar à Fiscalização, ao final da execução do Contrato, demais documentos relacionados ao objeto, tais como Databook, Diário de Obras, manuais, termos de garantia e manuais dos componentes fornecidos e instalados, conforme o caso.

13.38. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017.

13.39. Alocar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

13.40. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do **art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010**.

13.41. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

13.42. Apresentar à CONTRATANTE a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço, fazendo constar seu nome completo, função, CPF e RG, atualizando-a sempre que houverem alterações.

13.43. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho adequado e salubre, inclusive quanto a equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

13.44. Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela Fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço.

13.45. Instruir seus empregados quanto:

- a) à necessidade de acatar as **normas internas de segurança orgânica** da CONTRATANTE;
- b) ao **sigilo das informações** obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- c) a medidas de prevenção de incêndio nas áreas da CONTRATANTE.
- d) às atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

13.46. Observar as seguintes **diretrizes de caráter ambiental**:

13.46.1. Respeitar as Normas Brasileiras (NBRs) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sobre resíduos sólidos.

13.46.2. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a **gestão dos resíduos da construção civil** estabelecidos na **Resolução CONAMA nº307/2002**, com as alterações posteriores, conforme **art. 4º, §§ 2º e 3º, da IN SLTI MP nº 001, de 19/01/2010**, nos seguintes termos:

13.46.2.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

13.46.2.2. Nos termos dos **arts. 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002**, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, entregando à CONTRATANTE o certificado de destinação e obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

a) Resíduos Class e A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reserva de material para usos futuros;

b) Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

c) Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas; e

d) Resíduos Class e D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

13.46.2.3. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

13.46.2.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de **Controle de Transporte de Resíduos (CTR)**, em conformidade com as normas **ABNT NBR 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004**.

13.46.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

13.46.4. Prever a destinação ambiental adequada de pilhas e baterias usadas ou inservíveis, conforme Resolução CONAMA nº 257/1999.

13.46.5. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os **limites máximos de emissão de poluentes** admitidos na **Resolução CONAMA nº382/2006**, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

13.46.6. Na execução contratual, conforme o caso, a **emissão de ruídos** não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela norma **ABNT NBR 10.151/2019: medição e avaliação de níveis de pressão sonora em áreas habitadas** visando o conforto da comunidade, ou ainda daqueles estabelecidos na **ABNT NBR 10.152/2017: níveis de pressão sonora em ambientes internos a edificações**, nos termos da **Resolução CONAMA nº 001/1990** e legislação correlata.

13.46.7. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do **art. 11 do Decreto nº**

5.975/2006:

- a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA);
- b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA);
- c) florestas plantadas; e
- d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

13.46.8. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do **art. 4º, inciso IX, da IN SLTI MP nº001/2010**, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- b) Cópia dos Comprovantes de registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF), mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme **art. 17, inciso II, da Lei nº6.938/1981**, e **IN IBAMA nº005/2014**, e legislação correlata;
- c) Documento de Origem Florestal (DOF), instituído pela **Portaria nº253/2006**, do Ministério do Meio Ambiente, e **IN IBAMA nº021/2014**, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

14. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitado.

15. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 16.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos **arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993**.

- 16.2. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no **§ 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993**.

- 16.3. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e seus instrumentos anexos, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

- 16.4. O representante da CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e

controle da execução dos serviços e do contrato.

16.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência e em seus anexos.

16.6. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos **§§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993**.

16.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos **arts. 77 e 87 da Lei nº 8.666/1993**.

16.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

16.9. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico monitorará constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

16.10. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.10.1. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

16.10.2. Em hipótese alguma será admitido que a própria CONTRATADA materialize a referida avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.10.3. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.10.4. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

16.11. No caso de não estarem os trabalhos sendo conduzidos perfeitamente de acordo com este Termo de Referência, seus anexos e demais instruções fornecidas pela Fiscalização ou, de modo geral, com a boa prática da engenharia, poderá a CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento ou na legislação que rege a matéria, determinar a paralisação (total ou parcial) dos trabalhos defeituosos ou a reexecução dos serviços concluídos, sem ônus à CONTRATANTE.

16.12. A Administração, a seu exclusivo critério, poderá aceitar o **atendimento a normas diversas** das especificadas neste Termo de Referência e em seus anexos, desde que reste comprovada a equivalência ou superioridade técnica da nova solução quando comparada ao que está sendo inicialmente exigido.

16.13. As disposições previstas neste item não excluem o disposto no **Anexo VIII da IN SEGES MP nº 005/2017**, aplicável no que for pertinente a esta contratação.

16.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o **art. 70 da Lei nº 8.666/1993**.

17. **DO PAGAMENTO**

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

- 17.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o **inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993**, deverão ser efetuados no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do **art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666/1993**.
- 17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deverá seguir o seguinte procedimento:
- 17.2.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, isto é, **a cada mês**, conforme previsto no **cronograma físico-financeiro (SEI 0197806)**, a CONTRATADA deverá apresentar a medição prévia dos serviços executados no período, através de **planilha** e acompanhada da sua respectiva **memória de cálculo** detalhada.
- 17.2.1.1. Quando for o caso, a CONTRATADA apresentará também, a cada medição, os documentos comprobatórios exigidos neste Termo de Referência, tais como comprovantes de pagamentos dos encargos sociais e trabalhistas, certificados de destinação dos resíduos resultantes da execução dos serviços, certificado de procedência legal dos produtos e subprodutos florestais, dentre outros.
- 17.2.2. A CONTRATANTE realizará inspeção de todos os serviços executados, conforme medição prévia apresentada pela CONTRATADA, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar correções, arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 17.2.3. Para fins de aceitação, os serviços devem atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto, sob pena serem rejeitados e refeitos.
- 17.2.4. A medição deverá conter somente os serviços efetivamente prestados, vedado considerar materiais estocados no local para utilização futura, devendo respeitar ainda os **critérios de medição** prescritos no **Caderno de Encargos e Especificações Técnicas (SEI 0197788)** e as etapas previstas no **Cronograma Físico-Financeiro (SEI 0197806)**, anexos deste Termo de Referência.
- 17.2.4.1. Uma etapa somente será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa estiverem executados em sua totalidade, conforme os **critérios de medição** prescritos no **Caderno de Encargos e Especificações Técnicas (SEI 0197788)** e as etapas previstas no **Cronograma Físico-Financeiro (SEI 0197806)**, anexos deste Termo de Referência.
- 17.2.5. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à Fiscalização não atestar a medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências apontadas.
- 17.2.6. A medição também ficará sujeita, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos manuais e instruções exigíveis.
- 17.2.7. A aprovação da medição apresentada pela CONTRATADA não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.
- 17.2.8. A Fiscalização, ao final de cada período de faturamento, avaliará também o resultado da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório.
- 17.2.9. A Fiscalização, ao final de cada período de faturamento, irá verificar as rotinas previstas no **Anexo VIII-B da IN SEGES MP nº 005/2017**, no que forem aplicáveis à presente contratação, registrando em relatório.
- 17.2.10. Após as devidas diligências, a Fiscalização autorizará, por escrito, a emissão da Nota Fiscal/Fatura de cobrança pela CONTRATADA, em valor correspondente aos serviços efetivamente executados pela CONTRATADA e aprovados pela fiscalização.
- 17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da **regularidade fiscal**, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no **art. 29 da Lei nº 8.666/1993**.
- 17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no **art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018**.

17.4. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das **condições de habilitação** exigidas no edital.

17.5. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no **art. 29, da IN SEGES MP nº 003/2018**.

17.6. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período de prestação dos serviços;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

17.9. Nos termos do **item 1 do Anexo VIII-A da IN SEGES MP nº 005/2017**, será efetuada a retenção ou a glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do **item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017**, quando couber.

17.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

17.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.13. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada o contraditório e a ampla defesa.

17.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.15. Nos casos de eventuais **atrasos de pagamento**, desde que a CONTRATADA não tenha de alguma forma concorrido para a sua ocorrência, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela

CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga; e

I = Índice de compensação financeira = 6% a.a. (taxa anual) = $(6/100)/365 = 0,00016438$.

17.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18. REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de **1 (um) ano**, contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste somente após o interregno mínimo de **1 (um) ano**, aplicando-se o **Índice Nacional da Construção Civil (INCC-M)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.2.1. O reajuste será realizado por apostilamento.

18.2.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de **1 (um) ano** será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.2.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

18.2.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.2.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.2.6. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.2.7. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

19.1. Do Recebimento Provisório do Objeto

19.1.1. Executado todos os serviços no escopo do Contrato, estando os mesmos em condições de serem recebidos, a CONTRATADA deverá comunicar a ocorrência à fiscalização, por escrito e dentro do prazo contratual, a fim de que seja realizada vistoria para fins de **Recebimento Provisório do Objeto**.

19.1.1.1. A emissão da referida comunicação fora do prazo contratual caracterizará atraso, sujeitando a CONTRATADA às penalidades cabíveis previstas em Contrato

19.1.2. Constatada a condição de conclusão do objeto através de vistoria, em **até 15 (quinze) dias**, contados da notificação da CONTRATADA, a fiscalização emitirá o **Termo de Recebimento Provisório do Objeto**, o qual deverá ser circunstanciado e assinado por ambas as partes, em **2 (duas) vias**.

19.1.3. Não será realizado Recebimento Provisório do Objeto com serviços não executados, assim considerados aqueles executados parcialmente ou que não atendem às especificações do projeto.

19.1.3.1. Caso a Fiscalização constate que os serviços não foram finalizados ou que existem parcelas ainda não executadas/fornecidas, não será reconhecido efeito à comunicação, implicando a

não emissão do Termo de Recebimento Provisório e, caso ultrapassado o prazo de execução do objeto, caracterizar-se-á atraso.

19.1.4. Caso, durante a vistoria para o Recebimento Provisório do Objeto, a Fiscalização constate algum defeito ou incorreção no serviço prestado, fará constar, junto ao Termo de Recebimento Provisório, lista de pendências e de correções, concedendo-se prazo compatível e de, no máximo, **15 (quinze) dias** da data da emissão do termo, para a CONTRATADA, às suas expensas, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no total ou em parte, o objeto do Contrato, com vistas ao atendimento das exigências efetuadas.

19.1.5. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, serviço em desacordo com a **legislação**, as **normas técnicas**, o **contrato**, a **proposta vencedora** ou o **Termo de Referência** e seus anexos, devendo ser corrigidos, refeitos e/ou substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, sem ônus adicional à CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação de penalidades

19.1.6. São impeditivos para Recebimento Provisório do Objeto quaisquer danos, avarias ou defeitos que impeçam o pleno funcionamento, estética ou ocupação da edificação e seus elementos.

19.1.6.1. Serviços aprovados ao longo da execução contratual, mas que apresentaram vícios ou defeitos durante o recebimento provisório, após a respectiva medição, deverão ser corrigidos, registrando ocorrências no Termo de Recebimento Provisório.

19.1.7. Concluídos os trabalhos relativos às pendências listadas, a CONTRATADA efetuará, dentro do prazo acordado e por escrito, nova comunicação à Fiscalização solicitando a realização de **nova vistoria**.

19.1.8. Constatada a conclusão das pendências na nova vistoria, a fiscalização emitirá comunicado interno, em até **10 (dez) dias**, contados da comunicação da CONTRATADA, para que sejam efetuadas as providências com vistas ao **Recebimento Definitivo do Objeto**.

19.1.8.1. Caso, durante a nova vistoria, verificar-se que as pendências apontadas pela Fiscalização não foram sanadas, caracterizar-se-á atraso a partir daquela data.

19.1.9. O **valor da última fatura**, conforme cronograma físico-financeiro, somente será liberado para pagamento após a emissão do Termo de Recebimento Provisório do Objeto e cumprimento de todas as obrigações da CONTRATADA, tais como entrega da documentação *As Built*, do Databook, do diário de obras, dos manuais, dos termos de garantia dos equipamentos e produtos utilizados na execução dos trabalhos e demais documentos relevantes para o objeto contratado.

19.2. Do Recebimento Definitivo

19.2.1. No prazo de **até 90 (noventa) dias**, contados da emissão do Termo de Recebimento Provisório do Objeto (caso não haja pendências) ou da comunicação para nova vistoria, será observado o funcionamento/produtividade dos equipamentos e/ou instalações e finalizada vistoria por servidor ou comissão designada pela Administração, com vistas à emissão do Termo de Recebimento Definitivo do Objeto.

19.2.2. Havendo indicação de novas pendências, será concedido prazo, limitado a **10 (dez) dias** contados da vistoria, para efetuarem-se as correções necessárias. O não cumprimento do prazo a que se refere este subitem caracterizará atraso.

19.2.3. Sanadas as pendências, após nova comunicação escrita da CONTRATADA, será efetuada **vistoria final** e, após a verificação da perfeita adequação do serviço aos termos do presente Termo de Referência e seus anexos, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo do Objeto, em **até 10 (dez) dias** da comunicação da CONTRATADA.

19.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, em seus anexos e na proposta, devendo ser corrigidos, refeitos e/ou substituídos no prazo fixado pelo Fiscal do contrato, sem ônus adicional à CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

19.4. Os recebimentos provisório ou definitivo não excluem a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança dos serviços, pelos prejuízos decorrentes da incorreta execução do contrato, pela responsabilidade ética profissional pela execução do Contrato ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

20.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, em virtude de o objeto possuir um valor estimado de baixa monta e baixa complexidade.

21. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1. A CONTRATADA, com fundamento no **art. 7º da Lei nº 10.520/2002**, ficará sujeita à penalidade de **Impedimento de Licitar e Contratar com a União** e **descredenciamento no SICAF**, sem prejuízo da aplicação da penalidade de **multa** de **15% (quinze por cento)** sobre o valor da contratação, **da rescisão unilateral** do Contrato, das **responsabilidades civil e criminal** e das demais cominações legais, nos seguintes casos e prazos, assegurada a prévia e ampla defesa:

21.1.1. Pelo período de **até 60 (sessenta) meses**, quando:

- a) apresentar documentação falsa;
- b) fraudar a execução do contrato;
- c) cometer fraude fiscal;
- d) não manter a proposta;
- e) deixar de executar, total ou parcialmente, as obrigações assumidas; ou
- f) comportar-se de modo inidôneo, praticando atos que prejudiquem o bom andamento do Contrato, tais como: agir em conluio ou em desconformidade com a lei, prestar informações falsas, apresentar documentação com informações inverídicas ou que contenham emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de suas informações.

21.1.2. Pelo período de **12 (doze) meses**, quando deixar de corrigir, às suas expensas, dentro do prazo de garantia dos serviços executados, erros, defeitos e/ou irregularidades identificados e formalmente descritos pela CONTRATANTE.

21.2. A CONTRATADA, com fundamento nos **arts. 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666/1993**, no **art. 7º da Lei nº 10.520/2002** e no **art. 49 do Decreto nº 10.024/2019**, nos casos de retardamento ou de falha na execução do Contrato, sem prejuízo das **responsabilidades civil e criminal** e das demais cominações legais, assegurada a prévia e ampla defesa, ficará sujeita às seguintes penalidades, além do **descredenciamento do SICAF**:

21.2.1. **Advertência**, nos casos em que ocorrerem:

- a) irregularidades de pequena monta, para as quais tenha a CONTRATANTE concorrido;
- b) descumprimentos de obrigações contratuais que não acarretem prejuízo para a CONTRATANTE; ou
- c) execução insatisfatória ou pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços, desde que sua gravidade não enseje a aplicação de multa.

21.2.2. **Suspensão Temporária** do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até **2 (dois) anos**.

21.2.3. **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir à CONTRATANTE os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo mínimo de **2 (dois) anos**.

21.2.3.1. Ensejarão a aplicação desta penalidade condutas graves da CONTRATADA, bem como as descritas nos **arts. 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993**, abaixo transcritas, desde que devidamente comprovado o seu dolo ou a sua culpa grave no processo administrativo:

- a) obter vantagem indevida ou se beneficiar, injustamente, de modificações ou prorrogações contratuais para as quais comprovadamente concorreu;
- b) celebrar Contrato com a Administração mesmo tendo sido declarada inidônea; ou
- c) fraudar, em prejuízo da Administração, contrato para aquisição ou venda de bens ou mercadorias:

I - vendendo como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou

deteriorada;

II - entregando uma mercadoria por outra;

III - alterando substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida; ou

IV - tornando, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a execução do Contrato.

21.2.4. Fica sujeita às penalidades de **Suspensão Temporária** e de **Declaração de Inidoneidade (art. 87, incisos III e IV da Lei nº 8.666/1993)**, a CONTRATADA que:

a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; ou

c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.2.5. **Multas compensatórias:**

21.2.5.1. de **15% (quinze por cento)** sobre o valor do Contrato, em caso de **INEXECUÇÃO TOTAL** da contratação, que também estará configurada quando atrasar, injustificadamente, o início dos serviços, por mais de **15 (quinze) dias** após a data de emissão da Ordem de Início dos Serviços.

21.2.5.2. de **15% (quinze por cento)** sobre o saldo do Contrato, em caso de **INEXECUÇÃO PARCIAL** da contratação, que também estará configurada quando:

a) decorridos **50% (cinquenta por cento)** do prazo de execução do objeto, a CONTRATADA tiver executado um atraso superior a **20% (vinte por cento)** do previsto no cronograma físico-financeiro apresentado pela CONTRATADA;

b) decorridos **75% (setenta e cinco por cento)** do prazo de execução do objeto, a CONTRATADA apresentar atraso superior a **15% (quinze por cento)** do previsto no cronograma físico-financeiro apresentado pela CONTRATADA;

c) decorrido o prazo de execução do objeto, a CONTRATADA executar menos de **80% (oitenta por cento)** do total do Contrato;

d) houver atraso injustificado por mais de **30 (trinta) dias** após o término do prazo fixado para a conclusão do Contrato; ou

e) a CONTRATADA, enquadrada em alguma das situações previstas na **Tabela 04**, acumula o total de **40 (quarenta) pontos**, conforme pontuações atribuídas na **Tabela 02**.

21.2.6. **Multas moratórias (por descumprimento de etapas do cronograma físico financeiro):**

21.2.6.1. A apuração dos atrasos será feita por meio das medições, conforme o **cronograma físico-financeiro (SEI 0197806)** apresentado pela CONTRATADA e aprovado pela CONTRATANTE, não podendo o intervalo de medições ser superior a **1 (um) mês**.

21.2.6.2. Caso a CONTRATADA não apresente a medição no prazo estipulado no cronograma, a fiscalização poderá realizar a medição, a qual será utilizada exclusivamente para a apuração do atraso, não sendo base de pagamento para a CONTRATADA.

21.2.6.3. A fiscalização poderá realizar medições intermediárias com o intuito de subsidiar a aplicação de penalidades no prazo que julgar cabível.

21.2.6.4. A multa poderá ser aplicada no decorrer da execução contratual, nos períodos de medição subsequentes ao da constatação do atraso.

21.2.6.5. A base de cálculo será o valor previsto para a etapa em que ocorrer o atraso, conforme **cronograma físico-financeiro (SEI 0197806)** apresentado pela CONTRATADA e aprovado pela CONTRATANTE.

21.2.6.6. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a CONTRATADA a sanções

variáveis e progressivas, a depender da **gravidade** e da **frequência** do(s) atraso(s), conforme **Tabela 01** abaixo:

TABELA 01

GRAU	MULTA	TIPO DE ATRASO
1	0,1% do valor do contrato	Brando e eventual
2	0,3% do valor do contrato	Mediano e eventual
3	0,3% do valor do contrato	Brando e intermitente
4	0,5% do valor do contrato	Grave e eventual
5	0,5% do valor do contrato	Brando e constante
6	0,7% do valor do contrato	Mediano e intermitente
7	0,9% do valor do contrato	Grave e intermitente
8	0,9% do valor do contrato	Mediano e constante
9	1,1% do valor do contrato	Grave e constante

21.2.6.7. Quanto à **gravidade**, com avaliação a cada medição e baseada nos valores acumulados do cronograma físico-financeiro, através da comparação entre o valor total acumulado previsto pela CONTRATADA no cronograma físico-financeiro apresentado e o total acumulado efetivamente realizado até a medição em questão, sendo classificada como:

- a) **brando**: quando acarretar atraso de **5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento)** na execução dos serviços da etapa;
- b) **mediano**: quando acarretar atraso **superior a 15% (quinze por cento) e até 25% (vinte e cinco por cento)** na execução dos serviços da etapa; ou
- c) **grave**: quando acarretar atraso superior a **25% (vinte e cinco por cento)** na execução dos serviços da etapa;

21.2.6.8. Quanto à **frequência**, o atraso será classificado como:

- a) **eventual**: quando ocorrer apenas uma vez;
- b) **intermitente**: quando ocorrer mais de uma vez, em etapas não subsequentes; ou
- c) **constante**: quando ocorrer mais de uma vez, em etapas subsequentes.

21.2.6.9. A CONTRATANTE poderá, mediante despacho fundamentado, decidir pela não aplicação de penalidade, nos seguintes casos:

- a) no primeiro mês de ocorrência de atraso; ou
- b) constatar atraso de **até 5% (cinco por cento)** do valor que deveria ter sido executado, conforme cronograma físico-financeiro apresentado pela CONTRATADA.

21.2.6.10. A CONTRATANTE poderá, mediante despacho fundamentado, converter a penalidade de multa em advertência, caso a CONTRATADA recupere, na etapa seguinte do cronograma físico-financeiro, a inexecução ocorrida na fase anterior.

21.2.7. **Multa moratória** de **0,05% (cinco centésimos por cento)** sobre o valor do Contrato, por dia de atraso na conclusão dos serviços, até o limite de **30 (trinta) dias**.

21.2.7.1. Após esse limite, considerando o percentual executado da obra, poderá ser configurada, a critério da Administração, a **INEXECUÇÃO PARCIAL** do objeto, conforme item 21.2.5.2, alínea d).

21.2.8. A cada **3 (três) advertências** aplicadas em desfavor da CONTRATADA, aplicar-se-á também **multa** de **GRAU 3**, conforme **Tabelas 02 e 03**.

21.2.9. As **multas** conforme as infrações cometidas, têm o seu grau e pontuações atribuídas conforme a **Tabela 02** abaixo:

TABELA 02

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO
1	2
2	3
3	4
4	5
5	6
6	7

21.2.10. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração poderá aplicar **multas** conforme as graduações e respectivos valores, previstos nas **Tabelas 03 e 04** que seguem:

TABELA 03

GRAU DA INFRAÇÃO	VALOR CORRESPONDENTE
1	R\$ 150,00
2	R\$ 250,00
3	R\$ 350,00
4	R\$ 500,00
5	R\$ 800,00
6	R\$ 1.000,00

TABELA 04

DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
-----------	------	------------

Deixar de entregar ART/RTT e demais documentos pertinentes à execução do Contrato.	1	Por dia
Deixar de providenciar treinamento para seus funcionários.	1	Por dia
Deixar de disponibilizar relatório diário de obras, diariamente atualizado, para a análise da Fiscalização.	1	Por ocorrência
Deixar de substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às qualificações necessárias à execução do serviço.	1	Por profissional e por ocorrência
Permitir a presença de profissional sem uniforme e/ou EPI.	1	Por profissional e por ocorrência
Reutilizar materiais sem autorização expressa da fiscalização.	3	Por ocorrência
Deixar de comparecer a reuniões de início dos serviços ou de avaliação/acompanhamento.	3	Por ocorrência
Deixar de comunicar à CONTRATANTE, de imediato e por escrito, qualquer irregularidade verificada durante a execução do Contrato, para a adoção de providências necessárias à regularização.	3	Por ocorrência
Deixar de comunicar, de imediato e por escrito, à CONTRATANTE qualquer acidente ou ocorrência relacionada com os bens sob sua responsabilidade.	3	Por ocorrência
Deixar de fornecer equipamentos de proteção, individual ou coletiva, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a utilizá-los.	3	Por ocorrência
Deixar de manter mestre-de-obras, encarregado e/ou preposto no local da obra, conforme carga horária exigida.	3	Por profissional e por ocorrência
Deixar de providenciar a limpeza permanente da obra, deixando os locais dos serviços diariamente arrumados e limpos.	3	Por ocorrência
Deixar de providenciar a remoção contínua de entulho e detritos dos locais de serviço, utilizando-se de transporte para local apropriado e autorizado pelo Poder Público.	3	Por ocorrência
Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	4	Por ocorrência
Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos que não sejam a execução do objeto contratado.	4	Por ocorrência
Deixar de regularizar as suas condições de qualificação e de habilitação exigidas na licitação, no prazo determinado pela fiscalização.	4	Por ocorrência
Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização sobre quaisquer obrigações acessórias contratuais não previstas nesta tabela.	4	Por ocorrência

Deixar de armazenar, em local indicado pela CONTRATANTE, os materiais retirados e não reutilizados na obra.	4	Por ocorrência
Suspender ou interromper os serviços contratados, total ou parcialmente, salvo motivo de força maior ou caso fortuito.	5	Por dia e por tarefa designada
Atrasar para efetuar reparo, correção ou substituição de objeto do Contrato em que se encontrem vícios, defeitos ou incorreções, sendo considerada uma ocorrência a cada período de 5 (cinco) dias.	5	Por ocorrência
Permitir situação que cause prejuízos à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão de seus empregados e prepostos	5	Por ocorrência
Não permitir o livre acesso da fiscalização ao local dos serviços ou aos documentos necessários ao acompanhamento do Contrato.	6	Por ocorrência
Permitir situação que possibilite a ocorrência de danos físicos, lesões corporais ou consequências letais.	6	Por ocorrência
Deixar de isolar a área de trabalho e de garantir a circulação de pessoas somente em áreas não expostas a perigos.	6	Por ocorrência
Deixar de designar um encarregado geral/mestre de obras e um engenheiro civil para administrar e controlar a execução do contrato, conforme escala definida neste Termo de Referência, enquanto durar o Contrato.	6	Por ocorrência
Deixar de consultar previamente a Fiscalização, se houver necessidade de modificar ou de adequar algum detalhe executivo.	6	Por ocorrência
Deixar de recompor os elementos danificados durante a execução dos serviços, utilizando materiais e acabamentos equivalentes aos pré-existentes.	6	Por ocorrência

21.2.11. E ainda, **multa de 0,5% (meio por cento)**, ao dia e/ou por ocorrência, até o limite de **5% (cinco por cento)**, sobre o valor do Contrato, no caso de descumprimento de quaisquer outros itens previstos no Termo de Referência ou no Contrato, por item descumprido.

21.3. Na aplicação das penalidades serão observados os seguintes balizamentos:

- a) os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;
- b) a atuação da CONTRATADA em minorar, eliminar ou reparar os prejuízos advindos de sua conduta;
- c) a execução satisfatória das demais obrigações pactuadas;
- d) a não existência de prejuízo para a Administração ou para terceiros; e/ou
- e) a reincidência do descumprimento contratual, que, para ser determinada, dever-se-á considerar os últimos **12 (doze) meses** do Contrato, contados a partir da primeira ocorrência, ainda que sobrestada, não importando se decorrente de fato gerador distinto.

21.4. Em casos excepcionais, caso a penalidade prevista se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la.

21.5. As **multas** relacionadas à ocorrências identificadas em um mesmo mês, ainda que decorrentes de fundamentos diversos, não poderão exceder ao percentual de **30% (trinta por cento)** do valor mensal do Contrato.

21.6. A CONTRATANTE, mediante despacho fundamentado, poderá suspender a aplicação de penalidade de **multa** nos casos em que o valor for considerado irrisório, assim considerados os de valor igual ou inferior a **R\$**

350,00 (trezentos e cinquenta reais).

- 21.6.1. Nos casos de reincidência, mesmo que o valor da multa seja irrisório, a penalidade deverá ser aplicada cumulativamente com os efeitos e o valor de multa cuja exigibilidade tenha sido suspensa anteriormente.
- 21.6.2. Para efeito de enquadramento como valor irrisório, deverá ser considerado, individualmente, para cada evento incidente sobre o mesmo fato gerador da obrigação que resulte em aplicação da respectiva penalidade.
- 21.6.3. Caso não ocorra a reincidência nos últimos **12 (doze) meses**, contados a partir da primeira ocorrência, ou a vigência contratual se encerre antes desse período, a multa suspensa deve ser convertida na penalidade de **advertência**.
- 21.7. As multas devidas serão descontadas das faturas devidas à CONTRATADA; ou recolhidos em favor da União; ou deduzidos da garantia, quando esta for exigida; ou, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente (**art. 419 da Lei nº 10.406/2002 - Código Civil**).
- 21.7.1. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **5 (cinco) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 21.7.2. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da(s) multa(s), a diferença será descontada da garantia contratual, se esta tiver sido prevista no contrato.
- 21.7.3. Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes ou se os valores das faturas forem insuficientes e a Contratada tiver sido dispensada da apresentação da garantia, a(s) multa(s) deverá(ão) ser recolhida(s) como receita da União, no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, a contar do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União (GRU), sob pena de ser o processo encaminhado à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para a inscrição do crédito na dívida ativa da União e o ajuizamento da execução fiscal.
- 21.7.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, a CONTRATADA deverá efetivar a prestação de garantia complementar ou substitutiva e apresentar o comprovante respectivo ao Fiscal do contrato no prazo de **10 (dez) dias corridos**.
- 21.8. As sanções de **multa** poderão ser aplicadas à CONTRATADA cumulativamente entre si e juntamente às de **advertência, impedimento de licitar e contratar com a União, suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Abin e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**.
- 21.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na **Lei nº 8.666/1993** e, subsidiariamente, a **Lei nº 9.784/1999**.
- 21.10. Na apuração dos fatos, a Administração atuará com base no princípio da boa fé objetiva, assegurando à CONTRATADA a ampla defesa e o contraditório, o direito de juntar todo e qualquer meio de prova necessário à sua defesa, podendo, inclusive, requerer diligências.
- 21.10.1. Do procedimento de aplicação da penalidade caberá defesa prévia na forma do **art. 87, §2º** e recurso nos termos do **art.109**, ambos da **Lei nº 8.666/1993**.
- 21.10.2. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.10.3. A Administração formará sua convicção com base na demonstração dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade dos documentos e informações apresentadas na defesa.
- 21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela **Lei nº 12.846/2013** como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.11.1. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da **Lei nº 12.846/2013**, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.11.2. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

22.1. [\[Indicar a dotação orçamentária da contratação\].](#)

23. **ANEXOS**

23.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) Estudo Preliminar (SEI 0195550);
- b) Caderno de Encargos e Especificações Técnicas (SEI 0197788);
- c) Declaração de Vistoria/ Não vistoria (Modelo) (SEI 0095032);
- d) Ordem de Início dos Serviços (Modelo) (SEI 0095034); e
- e) Relatório Diário de Obra (Modelo) (SEI 0095035)
- f) Planilha Orçamentária Completa, contendo: orçamento sintético, orçamento analítico (composições de custo unitário), composição de BDI, composição de encargos sociais e cronograma físico-financeiro (SEI 0197806);
- g) Projeto Básico - Cantina (SEI 0167411);
- h) Projeto Básico - Vestiário (SEI 0167421);

24. **APROVAÇÃO**

24.1. Cabe à Coordenação de Engenharia e Obras (COENG) e à Coordenação Geral de Administração (CGAD) a análise e aprovação do presente documento.

Elaboração com base no modelo da AGU 07/2020

RAFAEL MOTTA DE SANTANA MOREIRA

INTEGRANTE TÉCNICO TITULAR

FLÁVIO SILVA MIRANDA

INTEGRANTE REQUISITANTE TITULAR

HAMILTON SOARES DA FONSECA NETO

INTEGRANTE ADMINISTRATIVO TITULAR



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL MOTTA DE SANTANA MOREIRA, Oficial Técnico de Inteligência**, em 21/08/2020, às 13:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO SILVA MIRANDA, Coordenador(a) de Engenharia e Obras**, em 21/08/2020, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.abin.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0195879** e o código CRC **5A95EA9A**.

Referência: Processo nº 00091.105641/2019-04

SEI nº 0195879

Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1, - CEP 70610-905 - Brasília/DF -